

EXPERIÊNCIAS DESVELADAS DA DITADURA: A LITERATURA ENQUANTO REESCRITA DA HISTÓRIA*

Janaína Buchweitz e Silva (Universidade Federal de Pelotas)

Resumo: o presente artigo parte do livro *Cova 312* da jornalista Daniela Arbex para tratar de questões como testemunho e memórias traumáticas oriundas da ditadura brasileira, utilizando-se de referencial teórico proposto por Agamben (2008) para debater a questão do testemunho, e de Benjamin (1996) e Gagnebin (2009) para discutir a escrita da história no tempo presente. Sendo o livro composto por dezenas de testemunhos de militantes que vivenciaram o período da ditadura, entende-se que também a autora opera enquanto uma testemunha da história do Brasil, ao dar escuta aos relatos traumáticos dos sobreviventes do período militar, sendo que os testemunhos propiciam uma reflexão sobre passado e memória, em que questões como acesso à verdade e à justiça se entrelaçam às possibilidades do testemunho e à escrita da história no tempo presente.

Palavras-chave: história; memória; ditadura; testemunho; literatura.

1 Introdução

A jornalista Daniela Arbex publicou no ano de 2002 uma série de reportagens para o jornal Tribuna de Minas sobre a penitenciária de Linhares, uma importante prisão política do período da ditadura militar brasileira. Das diversas histórias que conheceu, a do militante gaúcho Milton Soares de Castro foi a que mais chamou sua atenção: o rapaz iria participar de uma guerrilha que não chegou a ocorrer, a Guerrilha do Caparaó, e acabou tornando-se preso político da penitenciária de Linhares, local em que permaneceu por menos de um mês, tendo sido o único preso político encontrado morto nas dependências do presídio, fato marcado ainda pelo inusitado desaparecimento de seu corpo de dentro da prisão. A versão oficial alegou suicídio e coube a Arbex, quase quatro décadas depois, a elucidação do caso, através de sua investigação. Assim, o livro *Cova 312* é fruto de sua investigação e contribui para a divulgação e manutenção da memória brasileira sobre o período da ditadura. Composto pela biografia do preso político Milton, contém ainda histórias de diversos outros presos políticos com os quais o militante conviveu e com quem a repórter teve oportunidade de dialogar ao longo de seu trabalho investigativo. Através dos testemunhos coletados, foi possível reconstituir parte da vida de Milton e também elucidar o paradeiro de seu corpo, que foi descoberto pela repórter em uma cova rasa de número 312 em um cemitério mineiro, o que deu título ao livro. Partindo da produção literária *Cova 312* pretende-se analisar a temática do testemunho e da memória traumática originada pelo período ditatorial brasileiro, considerando a ideia de testemunho enquanto lacuna proposta por Agamben (2008) e no entendimento de uma possível reescrita da história partindo de referencial teórico proposto por Benjamin (1996) e Gagnebin (2009).

2 Desenvolvimento

*XV Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online



Através de seu trabalho investigativo, e de sua posterior divulgação em formato de livro, a autora oportunizou a toda a sociedade brasileira uma nova versão sobre um episódio que compõe o período da ditadura, o que a própria jornalista denomina de “reconstrução da verdade” (ARBEX, 2015, p.29). A autora relata que ao deparar-se em sua rotina de trabalho na Tribuna de Minas com uma notícia sobre indenização às vítimas de tortura deu-se conta da relevância do tema:

Fiquei hipnotizada por aquela notícia. Desde o meu primeiro dia no jornal, eu cobria assuntos ligados aos direitos humanos, minha área prioritária de interesse. Além disso, alimentava o desejo quase secreto de fazer algo relacionado a esse período da história, já que eu nasci nove anos após o golpe militar e só acompanhei o que se passou no Brasil pelos livros. Queria dar minha contribuição como jornalista, mas não sabia de que maneira. (ARBEX, 2015, p.90)

Em um período de forte repressão, onde muitos militantes foram perseguidos, calados, sequestrados, torturados e assassinados, a memória que se produziu se desenvolveu na ordem do trauma. Com isso, muitas experiências não puderam ser simbolizadas pela palavra, seja porque nenhuma palavra alcança a dimensão do que foi experienciado, seja porque muitos foram sequestrados ou mortos e por isso não puderam narrar sua história. Nesse sentido, o presente relato funciona como um registro de parte da história do Brasil, que é retomado no tempo presente com o intuito de reescrever parte da história e também de lutar contra o esquecimento e o silenciamento que permeia o tema da ditadura no país. A autora reconstrói o contexto da ditadura ao longo do livro, com uma série de referências e informações sobre aquele período:

Nas celas de Linhares nasceu um vigoroso movimento de resistência contra as atrocidades do regime. O convívio dos estudantes, mantidos juntos nas alas destinadas aos subversivos, levou a uma indesejada troca de informações. Cada novo preso político trazia notícias detalhadas sobre a tortura sofrida em dependências policiais e militares do país. Começava ali uma incômoda dor de cabeça para o Exército após a redação do Documento de Linhares. Escrito dentro da unidade, em 1969, ele foi o primeiro que denunciou detalhadamente a violência no período em que a força disseminou o medo. Os carcereiros e o próprio regime militar nunca entenderam como o material burlou a censura e a segurança para tornar conhecidos internacionalmente os abusos cometidos nos porões da ditadura. (ARBEX, 2015, p.28)

Durante quase quatro décadas, a família de Milton conviveu com a versão oficial de suicídio fornecida pelos militares. Edelson, o irmão de Milton que também foi integrante do Movimento Nacional Revolucionário (MNR) e preso político, recebeu nas dependências do Exército a informação sobre a morte do irmão, versão da história com a qual a família nunca concordou:

- Infelizmente, a informação que trago não é boa. Seu irmão, Milton, se matou hoje de manhã em Juiz de Fora. Meus pésames. Mas vamos fazer de tudo...
O pintor interrompeu o comandante:
- isso não foi suicídio, senhor. Assassinararam o meu irmão – gritou o preso.



- Rapaz, você não sabe do que está falando – cortou o oficial. (ARBEX, 2015, p.37)

Coube à Arbex contestar a versão oficial do Estado sobre as causas da morte de Milton, trinta e cinco anos após sua morte. Segundo Walter Benjamin (1996), para um melhor entendimento do passado deve-se romper com a empatia para com os vencedores, que carregam junto a si a herança de todos aqueles que venceram antes. O autor defende que faz-se necessário “escovar a história a contrapelo”, com o intuito de investigar os sentidos que estão encobertos pelo discurso histórico dito oficial, ou seja, buscar o que não é dito no discurso dos vencedores e dominadores, como o fez Arbex ao longo de toda sua investigação. A jornalista retoma a participação dos irmãos no movimento de resistência ao regime, e em uma espécie de biografia, busca reconstruir a vida dos irmãos, dando, evidentemente, um maior destaque para a história de Milton, que acabou tornando-se o foco principal de sua investigação:

Milton foi quem convenceu o irmão Edelson a abraçar a causa contra o regime. Apesar da pouca instrução formal – havia estudado apenas o primário – ele sempre se interessou por política. E foi através da militância no PCdoB que se aproximou de Gregório. A percepção de um país com poucas oportunidades para as camadas populares sempre incomodou o operário. Por isso, quando as primeiras notícias sobre o golpe chegaram ao Rio Grande do Sul, o filho de Santa Maria já discutia a transformação das relações de propriedade na busca pela igualdade social. Apresentado em uma reunião clandestina às ideias de Karl Marx e Friedrich Engels, começou a formar as suas em relação à luta de classes. Após o contato com a esquerda de Porto Alegre, deixou de ser um observador da realidade para assumir a militância contra as forças de repressão. (ARBEX, 2015, p.46)

No entanto, a biografia de Milton é reconstituída a partir do testemunho de terceiros, já que Milton não sobreviveu para narrar suas experiências. As dificuldades do testemunho são investigadas por Giorgio Agamben (2008) na publicação intitulada *O que resta de Auschwitz*, em que o autor defende que o testemunho de um sobrevivente se dá a partir de uma lacuna, pois o sobrevivente daria um pseudotestemunho, já que os não sobreviventes seriam os únicos detentores de um testemunho integral:

A testemunha comumente testemunha a favor da verdade e da justiça, e delas a sua palavra extrai consistência e plenitude. Nesse caso, porém, o testemunho vale essencialmente por aquilo que nele falta; contém, no seu centro, algo intestemunhável, que destitui a autoridade dos sobreviventes. As “verdadeiras” testemunhas, as “testemunhas integrais” são as que não testemunharam, nem teriam podido fazê-lo. São os que “tocaram o fundo”, os muçulmanos, os submersos. Os sobreviventes, como pseudotestemunhas, falam em seu lugar, por delegação: testemunham sobre um testemunho que falta. Contudo, falar de uma delegação, no caso, não tem sentido algum: os submersos nada têm a dizer, nem tem instruções ou memórias a transmitir. Não tem “história”, nem “rostro” e, menos ainda, “pensamento”. Quem assume para si o ônus de testemunhar por eles, sabe que deve testemunhar pela impossibilidade de testemunhar. Isso, porém, altera de modo definitivo o valor do testemunho, obrigando a buscar o sentido em uma zona imprevista. (AGAMBEN, 2008, p.43)



Através do testemunho do irmão e da irmã de Milton, os sobreviventes que narram a história do irmão, Arbex reconstrói também as dores da mãe do preso político, quem nunca se conformou em ter o filho preso pelo regime, bem como em desconhecer o paradeiro de seu corpo, o que a impossibilitou de vivenciar plenamente o luto pelo filho:

Aos poucos, velhas feridas foram se abrindo. Elas se revelaram na lembrança do choro permanente da mãe todas as vezes que se lembrava do filho “metido nessas coisas de revolução” e com paradeiro desconhecido. Enquanto cozinhava, dona Universina pensava que ele poderia não ter comido nada naquele dia. O pranto dela ficou ainda mais forte quando a notícia de que tinha um filho suicida se espalhou. Embora ela nunca tivesse acreditado nessa versão, não ter um corpo para velar é como se Milton morresse todos os dias. O luto permanente é a sina dos que não conseguem encontrar consolo enquanto persiste a dúvida.

Por isso, a ditadura precisa ser lembrada. Não para falar mais do mesmo, mas para que se possa avançar no levantamento dos casos e na luta pela abertura eficiente e efetiva de nossos arquivos. (ARBEX, 2015, p.334-335)

A pesquisadora Jeanne-Marie Gagnebin (2009) entende que, sendo o exercício da palavra um dos nossos campos de atividade, aqueles que não vivenciaram o terror ou o massacre têm a tarefa de reestabelecer o espaço simbólico onde se possa articular o que ela denomina de um “terceiro”, que seria “aquele que não faz parte do círculo infernal do torturador e do torturado, do assassino e do assassinado, aquilo que, inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo.” (GAGNEBIN, 2009, p.57). Com isso, a autora defende uma ampliação para o termo testemunho, que abrangeria todo aquele que dá escuta ao outro:

Nesse sentido, uma ampliação do conceito de testemunha se torna necessária; testemunha não seria somente aquele que viu com seus próprios olhos, o histor de Heródoto, a testemunha direta. Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou por compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente essa retomada reflexiva do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar uma outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2009, p.57)

O resgate da memória do prisioneiro político Milton proposto pela investigação e pela escuta de Arbex contribuiu ainda para que parte da história do Brasil fosse contada partindo de outro ângulo, diferente do ponto de vista apresentado pela versão oficial, a do governo e dos militares, mas também contribuiu para o resgate da memória de Milton, tendo trazido ainda uma espécie de conforto para a família, que acabou por receber uma informação definitiva sobre o paradeiro de seu corpo e sobre as possíveis circunstâncias de seu óbito, o que operou como um resgate de memória:

Conversamos amenidades sobre o voo até que tocamos no motivo principal daquele encontro: Milton e a investigação jornalística que me aproximara dos parentes de quem ele não pôde se despedir.



Talvez por isso, Gessi me visse como uma ponte para o passado. Eu havia resgatado as memórias do militante, e isso nos aproximava como se fôssemos velhas conhecidas. A ausência de Milton me levou até a presença dos seus amores. Estar perto de Gessi e de Edelson era a chance de conhecer os sonhos e os desejos dele. Por isso, naquela sala pequena, nós nos completávamos. (ARBEX, 2015, p.334)

Podemos perceber na narrativa de Arbex a tentativa de luta contra o esquecimento e de manutenção da memória a que se refere Gagnebin (2009), já que a jornalista preocupou-se com a elucidação de um episódio sombrio da história do Brasil. Nesse sentido, tentou transmitir o inenarrável, já que buscou reconstituir os últimos dias de vida bem como as circunstâncias da morte de um preso político do período ditatorial brasileiro que não sobreviveu ao regime para narrar sua experiência, e justamente por isso não deve ser esquecido, pois os sobreviventes devem ao menos tentar reconstituir parte de sua história, que é também a história de muitos outros brasileiros e brasileiras que vivenciaram o regime ditatorial no Brasil. A autora reflete sobre isso, ao tomar consciência de que a singularidade da história de Milton e de sua família foi vivenciada por muitos outros brasileiros:

Ali, ouvindo o irmão do guerrilheiro, me dei conta de que estava junto a uma das milhares de famílias brasileiras que tiveram suas histórias atravessadas pela ditadura. Centenas de órfãos, pais, mães, esposas e amigos continuam a sofrer por décadas a fio diante de fatos propositalmente escondidos. Ninguém tem o direito de guardar silêncio sobre crimes contra a Humanidade. (ARBEX, 2015, p.341)

O trabalho investigativo de Arbex trouxe para o presente a história de um cidadão brasileiro que, além de morto, foi também esquecido pelo Estado. Coube à jornalista dar destaque a história que foi tratada pelo Estado com indiferença e esquecimento. Gagnebin (2009), refletindo sobre a figura do narrador a partir do ensaio *O narrador* de Benjamin, entende que a narração contemporânea parte das ruínas da narrativa, com o intuito de não deixar o passado cair no esquecimento. Dessa forma, entende o narrador enquanto um catador de sucata, alguém que recolhe os cacos e restos, para não deixar nada se perder. Podemos entender a narrativa de Arbex partindo desta concepção, na medida em que a jornalista buscou resgatar a história e a memória de um homem considerado invisível pelo Estado, e o fez através de sua narração. Sobre o que denomina de narrador sucateiro, Gagnebin discorre que:

Esse narrador sucateiro (o historiador também é um Lumpensammler) não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer. (GAGNEBIN, 2009, p.54)

Arbex foi essa narradora sucateira ao compilar os testemunhos dos invisíveis para o Estado, daqueles que ficaram de fora da história oficial, que foram todos aqueles militantes que vivenciaram o período da ditadura brasileira e que passaram a figurar em destaque em sua narrativa. A pesquisadora Gagnebin (2009) trabalha com o conceito de rememoração para tratar da memória que está atrelada ao presente e que considera os lapsos e esquecimentos:



Tal rememoração implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo de que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecido e ao recalçado, para dizer, com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem às palavras. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (GAGNEBIN, 2009, p.55)

Em *Cova 312*, vislumbramos a possibilidade de rememoração e de reescrita da história, tanto da vida pessoal de Milton Santos, quanto de parte da história do Brasil, o que permite que a escrita literária opere enquanto ato de resistência e também como uma forma de reparação da versão oficial da história do país.

3 Conclusão

A narrativa de Arbex oportuniza uma série de reflexões sobre as relações entre o passado e o presente. A autora reflete sobre a importância do testemunho dos sobreviventes, e os ensinamentos que estes podem nos trazer, apontando para algumas influências do período da ditadura na contemporaneidade: “Conhecer os episódios de vida e de morte dos militantes políticos me deu a oportunidade de desvendar um Brasil que ainda teme os seus fantasmas e se acovarda diante do peso da culpa.” (ARBEX, 2015, p.335-336). A autora entende que manter o silêncio sobre a violência do passado é uma forma de compactuar com os crimes que ocorreram, incentivando assim novas formas de violência no tempo presente.

Os sobreviventes entrevistados pela jornalista deram seus testemunhos possíveis, marcados por lapsos, medos, inseguranças e traumas, no entanto contribuíram para que uma família descobrisse o destino final de seu ente querido, e para que um dos muitos episódios de desaparecimento do período da ditadura militar brasileira fosse solucionado. A autora finaliza seu livro ressaltando a necessidade da manutenção da busca por informações sobre os presos e desaparecidos políticos do período da ditadura brasileira: “Punir ou perdoar? Enquanto o Brasil se divide entre a anistia e a imprescritibilidade dos crimes de tortura – o que os tornaria passíveis de responsabilização ainda hoje -, uma certeza se consolida: esquecer é impossível.” (ARBEX, 2015, p.341-342). A escrita da jornalista opera enquanto ato político, na medida em que desenterra parte da história do Brasil que foi sepultada juntamente com o corpo do militante político Milton. Os testemunhos dos sobreviventes contribuem para a reescrita da história e para o trabalho de rememoração, oportunizando ao militante Milton, e também à sua família, o direito à lembrança e à palavra, mesmo que através de outras vozes. Ao dar escuta à dezenas de mulheres e homens que vivenciaram o regime ditatorial brasileiro, Arbex também atua enquanto uma testemunha da história do Brasil, e o compilado de testemunhos por ela organizados resultam em uma narração que propicia a versão da história contada pelos vencidos, em uma busca constante pelo entendimento do passado no tempo presente, para que o passado não seja esquecido e nos traga ensinamentos na contemporaneidade.

Referências



AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha (Homo Sacer III)**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARBEX, Daniela. **Cova 312**. São Paulo: Geração Editorial, 2015.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Obras Escolhidas Vol 1. Tradução Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1996.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, história, testemunho. In: **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009.

